

Índice

Introdução: O Engodo e a Armadilha	11
------------------------------------	----

PARTE I

As Origens da Síntese Identitária

1. A Paris do Pós-Guerra e o Julgamento da Verdade	37
2. O Fim do Império e a Adoção do “Essencialismo Estratégico”	48
3. A Rejeição do Movimento dos Direitos Civis e o Surgimento da Teoria Crítica da Raça	58
4. A Síntese Identitária	73

PARTE II

O Triunfo da Síntese Identitária

5. A Síntese Identitária Generaliza-Se	93
6. A Breve Marcha pelas Instituições	108
7. Contestação Desencorajada	125

PARTE III

Os Problemas da Síntese Identitária

8. Como Nos Compreendermos mutuamente	147
9. Os Prazeres da Influência Mútua	162
10. Falar livremente	176

11. O Argumento a favor da Integração	200
12. O Caminho para a Igualdade	223
13. Sobre Racismo Estrutural, Género e Meritocracia	244

PARTE IV
Em Defesa do Universalismo

14. Uma Resposta à Síntese Identitária	261
15. Um Breve Argumento a favor da Alternativa Liberal	274
Conclusão: Como Escapar à Armadilha Identitária	286
Apêndice: Porque não É Marxista a Síntese Identitária	309
Agradecimentos	314
Notas	319

INTRODUÇÃO

O Engodo e a Armadilha

No final do verão de 2020, Kila Posey perguntou à diretora da Escola Primária Mary Lin, nos subúrbios ricos de Atlanta, se podia solicitar um determinado professor para a sua filha de sete anos. “Sem problema”, respondeu inicialmente a diretora. “Basta enviar-me o nome do professor.” Porém, quando Posey enviou o seu pedido por *e-mail*, a diretora insistiu que outro professor seria mais adequado. Por fim, Posey, que é negra, exigiu saber por que motivo a filha não tinha direito à sua primeira escolha. “Bom”, admitiu a diretora, “essa não é a turma dos alunos negros.”¹

A história é tão familiar que chega a ser deprimente. Evoca a longa e violenta história da segregação, remetendo para a imagem de pais brancos horrorizados perante a ideia de os seus filhos terem colegas de turma negros. Porém, o episódio tem uma reviravolta perversa: a diretora, Sharyn Briscoe, também é negra. Segundo disse ao *Atlanta Black Star*, Posey mostrou-se “incrédula por estar a ter esta conversa em 2020 com uma pessoa igual a mim — uma mulher negra. Estamos a falar de segregar salas de aula. Não podemos segregar salas de aula. Não podemos fazê-lo.”²

Na verdade, o episódio na Escola Primária Mary Lin não é a continuação de uma história antiga e familiar; faz parte de uma nova tendência ideológica. Num número crescente de escolas por toda a América, educadores que acreditam estar a lutar pela justiça racial estão a separar crianças umas das outras em função da cor da sua pele.

Algumas escolas públicas começaram a segregar indivíduos específicos. A Escola Secundária Evanston Township, nos subúrbios de Chicago, oferece atualmente aulas de cálculo reservadas a alunos que “se identificam como negros”³. Muitas outras estão a adotar “grupos de afinidade” de segregação racial. Um agrupamento de escolas em Wellesley, Massachusetts, por exemplo, organizou recentemente um “Espaço Terapêutico para Alunos Asiáticos e Ásio-Americanos”. Como enfatizado num convite por *e-mail*: “Este é um espaço seguro para os nossos alunos asiáticos/ásio-americanos e alunos de cor, *não* para alunos que se identificam apenas como brancos.”⁴

A Décima Quarta Emenda [à Constituição dos EUA] e a decisão histórica do Supremo Tribunal no caso *Brown v. Board of Education* estabelecem limites rigorosos às instituições públicas que discriminem cidadãos com base na cor da sua pele.⁵ Consequentemente, a adoção da segregação racial em salas de aula e em espaços seguros nas escolas públicas motivou alguns processos judiciais e até uma investigação federal.⁶ Mas há muito que o que aconteceu em Atlanta, Evanston e Wellesley se tornou uma prática comum nos colégios privados, sujeitos a medidas menos restritivas.

Atualmente, em algumas das escolas mais elitistas da América, de Boston a Los Angeles, os professores dividem, de forma sistemática, os alunos em diferentes grupos com base na sua raça ou etnia. Em muitos casos, estes grupos são efetivamente obrigatórios. Por vezes, os alunos são tão jovens que os professores precisam de dizer-lhes a que grupo devem juntar-se. No Gordon, um célebre colégio privado em Rhode Island, os professores começam a dividir as crianças por grupos de afinidade — que se reúnem semanalmente e estão divididos por raça — logo no infantário.⁷ “Um programa de aprendizagem prática que atesta explicitamente a identidade racial”⁸, escreveu Julie Parsons, professora veterana do Gordon, que foi recentemente homenageado pela sua iniciativa a respeito da diversidade, equidade e inclusão pela Associação Nacional de Escolas Independentes, é particularmente importante “para os alunos mais jovens”.

A Dalton, uma prestigiada escola situada no Upper East Side, em Nova Iorque, que educa os filhos da elite da cidade, fez os possíveis para explicar os objetivos pedagógicos que incentivam estas práticas. Segundo declarações e fontes externas disponibilizadas no *website* da

Dalton⁹, as instituições antirracistas devem ajudar os seus alunos a alcançar a identidade racial certa. Uma conversa entre especialistas, convocada por uma organização proeminente que trabalha em estreita colaboração com a escola e tem o oportuno nome “EmbraceRace” [“Abraçar a Raça”]¹⁰, salienta que, quando os alunos são jovens, “até uma pessoa de cor ou negra poderá dizer: eu não me vejo como um ser racial. Sou apenas humano”. A missão de um bom educador é mudar essa atitude: “Nós somos seres raciais.”¹¹ E o primeiro passo para esse objetivo é rejeitar a “ideia de um daltonismo racial” em que as nossas semelhanças são mais importantes do que as nossas diferenças.

Ultimamente, algumas escolas começaram até a encorajar os seus alunos brancos a definirem-se em termos raciais. A Bank Street School for Children, no Upper West Side, em Nova Iorque, por exemplo, é uma das instituições nacionais mais reconhecidas de educação pré-escolar.¹² Orgulhosa por estar na vanguarda da pedagogia progressista, funciona igualmente como escola K-8 e como faculdade de educação, formando centenas de futuros professores todos os anos. Recentemente, a Bank Street começou a dividir os seus alunos entre um “Grupo de Afinidade para Crianças de Cor” e um “Grupo de Defesa” (exclusivamente branco). O objetivo do grupo branco, explica um diapositivo da escola, é “sensibilizar para a predominância da branquitude e do privilégio”, encorajando os alunos a “reconhecerem” a sua “ascendência europeia”¹³.

Foi esta nova abordagem à pedagogia que inspirou Sharyn Briscoe, a diretora da Escola Primária Mary Lin, a criar uma “turma de alunos negros”. Briscoe cresceu nos subúrbios de Filadélfia e frequentou um colégio privado predominantemente branco onde, muitas vezes, se sentiu isolada. Após terminar o curso de educação na Spelman College, assimilou um novo conjunto de ideias que visavam salvar outras crianças do destino que ela própria sofrera. Como questiona Beverly Daniel Tatum, especialista em educação e antiga presidente da Spelman, numa obra extremamente influente: “Se um jovem encontrou um lugar num círculo de amigos brancos, será realmente necessário criar um grupo de colegas negros?” Respondendo de forma afirmativa, Tatum recomenda que as escolas garantam que todos os alunos façam amigos dentro do seu grupo racial, “separando os alunos negros” durante, pelo menos, uma parte da semana.¹⁴

Kila Posey discorda totalmente desta ideia. Sendo também ela educadora, acredita que “colocar as minhas filhas numa turma com uma série de pessoas iguais a elas não irá necessariamente proporcionar-lhes uma comunidade”¹⁵. Escolher que colegas devem ser amigas das suas duas filhas com base na cor da pele delas, disse a Briscoe num dos seus primeiros encontros, “não é a sua função”.

Quando entrevistei Posey sobre a sua batalha de vários anos com o agrupamento de escolas de Atlanta, expressou-se com grande serenidade, recordando factos e números com a precisão de quem se deixou consumir por uma causa justa. Só quando lhe pedi que descrevesse que esperanças tinha para o futuro das filhas é que a sua voz denunciou o que sentia. “Para as minhas filhas, o céu é o limite. Elas podem fazer e ser o que quiserem”, afirmou, contendo o tremor da voz. Após assistirem à tomada de posse de Kamala Harris como vice-presidente dos Estados Unidos, as suas filhas ficaram determinadas a seguir o seu exemplo. Mas, independentemente do que acabem por escolher fazer, insistiu Posey, “terão um lugar à mesa. E precisam de ser capazes de dar-se bem com toda a gente.”

O profundo desacordo entre Kila Posey e Sharyn Briscoe é apenas um pequeno conflito numa batalha de ideias muito maior. Em vez do universalismo, determinadas secções da corrente dominante americana estão a adotar uma forma de separatismo progressista. As escolas e as universidades, as fundações e algumas corporações parecem acreditar que devem encorajar ativamente as pessoas a definirem-se como “seres raciais”¹⁶. Cada vez mais, o mesmo sistema tem vindo a aplicar-se a outras formas de identidade, encorajando as pessoas a pensarem no seu género, origem cultural ou orientação sexual como o atributo que as define. E, recentemente, muitas instituições deram ainda outro passo: concluíram que é o seu dever fazer com que a forma como tratam as pessoas dependa dos grupos a que estas pertencem — mesmo quando se trata de decisões existenciais como quem deve ter prioridade na obtenção de medicamentos essenciais.

OS RISCOS SÃO ELEVADOS

No final de dezembro de 2021, um médico de Nova Iorque passou uma receita urgente para um paciente que acabara de receber um re-

sultado positivo no teste à COVID. Tratava-se de um novo medicamento, chamado Paxlovid, que prometia reduzir drasticamente a probabilidade de morrer da doença. Antes de aviar a receita, a farmacêutica fez uma pergunta. Qual, inquiriu, é a raça do paciente? O médico ficou estupefacto. “Em trinta anos a exercer medicina”, disse, “nunca me fizeram esta pergunta ao receitar um tratamento.”¹⁷

No outono do segundo ano da pandemia, as vacinas estavam disponíveis de forma generalizada. Pela primeira vez, enviavam-se opções de tratamento de alta qualidade para hospitais e consultórios médicos. O fim da pandemia parecia finalmente estar para breve. Nesse momento, a rápida propagação da variante Ómicron levou a um perigoso surto de infeções. Os médicos viam-se perante autênticos dilemas quanto à distribuição de recursos escassos: quem deveria ter prioridade nos novos medicamentos essenciais, como o Paxlovid, e nos tratamentos com anticorpos, como o Sotrovimab, até serem produzidos em quantidade suficiente para todos os pacientes?¹⁸

Os antigos princípios de triagem sugeriam que as autoridades médicas deviam procurar um objetivo simples na formulação da sua resposta: salvar o maior número possível de vidas. Durante a pandemia, a maioria dos países, com exceção dos Estados Unidos, seguiu devidamente alguma versão desta máxima.¹⁹ Esperando fazer chegar medicamentos aos pacientes que teriam maior probabilidade de salvar, as autoridades de saúde pública procuravam fatores como a idade avançada ou a existência de doenças preexistentes conhecidas por tornarem a COVID bastante mais letal.²⁰ Porém, nesta última década, alguns médicos, ativistas e especialistas influentes têm vindo a insistir em que se tomem decisões de triagem com base noutra consideração: a equidade racial.

Existem boas razões para os médicos levarem a sério as disparidades entre diferentes grupos demográficos. Vários estudos demonstram que comunidades historicamente marginalizadas, como a afro-americana nos Estados Unidos²¹ e alguns grupos de ázio-britânicos no Reino Unido²², revelam piores resultados em matéria de saúde. Mas, em vez de solucionar as injustiças subjacentes, garantindo que todos os pacientes recebem a mesma qualidade de cuidados independentemente da sua raça, uma parte substancial da profissão médica concluiu que devia tratar explicitamente os membros de diferentes grupos étnicos de forma diferente.